

# Sarney arquiva sindicância para investigar ACM

**Maria Lúcia Delgado**  
De Brasília

O presidente do Senado, José Sarney, decidiu ontem arquivar o pedido formulado por senadores do PT para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar abrisse uma comissão de sindicância para investigar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no esquema de escuta telefônica clandestina na Bahia.

O pedido dos parlamentares petistas foi feito com base em fitas gravadas e cedidas pela revista "IstoÉ", em que Antonio Carlos Magalhães, numa conversa com jornalistas, admitia ter grampeado o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), seu rival na política baiana. Os parlamentares do PT vão recorrer da decisão e caberá ao presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), tomar uma decisão.

"Vamos fazer um recurso ao Conselho de Ética, com base artigo 17 da Resolução 20 do Senado (que criou o Conselho)", avisou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). O artigo 17 da Resolução 20 do Senado diz que quando o Conselho recebe denúncia contra um parlamentar deve promover "apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvi-

do o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias". O mesmo artigo diz ainda que "poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a senador".

O senador Juvêncio da Fonseca, em um lance criticado pelos que denunciaram Antonio Carlos Magalhães, encaminhou o caso ao presidente da Casa, José Sarney, que o arquivou sumariamente, sem sequer ouvir a mesa diretora do Senado.

Na opinião de José Sarney, o foro adequado para se investigar crimes comuns cometidos por parlamentares é o Supremo Tribunal Federal. Ele lembrou, ainda, que a Constituição só prevê dois casos para cassação por quebra de decoro quando se trata de crime comum cometido antes do mandato: se houve abuso do poder econômico durante a eleição, e se houver sentença transitada em julgado. "Estou aqui para cumprir a Constituição e o regimento do Senado. De acordo com a Constituição, os crimes comuns cometidos por senadores são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF)", justificou o senador José Sarney.

O presidente do Conselho de Ética disse que vai aguardar o recurso do PT para decidir o que fazer. No entanto, o senador Juvêncio da Fonseca acha ineficaz a instalação de uma comissão de sindicância. "Esse requerimento do PT é apenas uma encenação de uma pequena investigação que não teria valor nenhum. Se o PT quisesse um processo (de cassação contra Antonio Carlos Magalhães), teria feito uma representação", provoca Juvêncio da Fonseca.

Segundo ele, somente o relatório final da Polícia Federal sobre os grampos pode dar subsídio para um processo de cassação. "O relatório da Polícia Federal é o norte para o Conselho de Ética pedir ou não investigação.

O senador Antonio Carlos Magalhães integrou o governo do ex-presidente José Sarney, como titular da pasta das Comunicações. No episódio da invasão do escritório da filha do ex-presidente, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), durante a campanha presidencial do ano passado, o senador baiano prestou irrestrita solidariedade a José Sarney. O episódio retirou Roseana Sarney, então governadora do Maranhão, da disputa pela sucessão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. (Com agências noticiosas)